Texto para Discussão

2474

Brasília, maio de 2019

ipea
SUMÁRIO EXECUTIVO

O IDEB COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE – A EDUCAÇÃO BRASILEIRA VISTA PELAS LENTES DO IDEB

Herton Ellery Araújo
Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

Ana Codes
Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), alocada na Disoc do Ipea

Leonardo Uderman
Graduando em sociologia na Universidade de Brasília (UnB).

Este texto aponta a necessidade de criação de uma instância de gestão estratégica do Plano Nacional de Educação (PNE). Recomenda que o governo federal seja o protagonista em sua condução, com função de fomento à colaboração federativa.

A lacuna no gerenciamento do plano é sinalizada a partir de análises do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) que permitem diagnosticar a situação das redes de ensino e das escolas no Brasil. Segundo esse índice, nos últimos dez anos:

- o aprendizado das crianças no ensino fundamental vem melhorando, mas, particularmente nos anos finais, as metas propostas no PNE não têm sido alcançadas, sendo necessário, portanto, incrementar seu desempenho;
- no ensino médio, a situação é mais preocupante, pois mesmo os estados com os melhores resultados não alcançaram as metas; e
- as desigualdades regionais e locais ainda são muito grandes e não mostram tendências de diminuição.

Propõe-se, então, a utilização do Ideb como instrumento de gestão governamental, explorando seu potencial elucidativo sobre a qualidade da educação brasileira. Esse deve ser o objetivo da referida instância – capitaneada pela União, em seu papel de garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino –, com capacidade de articular esforços nos níveis nacional, regional, estadual e municipal. Esta articulação, cujo foco principal deve ser o aprendizado dos estudantes, há de propiciar trocas de experiências entre redes com diferentes desempenhos. Com isso, espera-se obter maior alinhamento entre os entes federados e iniciar processos de dinamização e melhorias nos mais desalentados. As trajetórias estaduais devem, assim, convergir na direção de bons resultados, incrementando a qualidade da educação pública oferecida pelo Estado.

Ainda que indesejável, é compreensível que a gestão do PNE, no nível nacional, tenha sido afetada pela desestruturação política pela qual o Brasil passou, desde 2014, ano de promulgação do plano. Contudo, sempre é tempo de reverter tendências e estabelecer mecanismos de administração pública apropriados para a oferta de educação com qualidade.

SUMÁRIO EXECUTIVO